

SUBSÍDIOS PARA A TRANSIÇÃO

**GRUPOS TÉCNICO
EDUCAÇÃO**

NOTA 04

Internacionalização das Instituições de Ensino Superior Brasileiras: Mobilidade, Produção e Redes Internacionais de Pesquisa

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

Internacionalização das Instituições de Ensino Superior Brasileiras: Mobilidade, Produção e Redes Internacionais de Pesquisa

Rafael T. Schleicher¹

1. Contextualização e Diagnóstico

A internacionalização do Ensino Superior ganha cada vez mais espaço dentro dos debates sobre ensino, aprendizado e produção científica no mundo todo, na medida em que as preocupações migram “do que é aprendido” para “como é aprendido”. Em outras palavras, o processo de aprendizagem passa a ter impactos diretos na construção de estratégias pedagógicas das Instituições de Ensino Superior, sendo interpretado e avaliado a partir de diversos critérios que não só os de quantidade de conhecimento e quantidade de produção acadêmica, particularmente desde o fim da década de 1980. A internacionalização tem papel central nesta nova guinada do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a presença de estudantes e professores estrangeiros, a colaboração interuniversitária e a formação de redes internacionais são itens centrais para a qualidade do ensino. Não é estranho que os principais rankings internacionais já incorporem estes elementos para a classificação das Universidades ao redor do mundo, seja utilizando proporções de estudantes e professores estrangeiros em relação aos domésticos ou construindo índices reputacionais das instituições com base na opinião de amplas redes internacionais.

A divisão funcional do Ensino Superior Brasileiro é calcada no binômio Instituição Universitária (Universidades e Centros Universitários) e Instituição Não-Universitária (CEFETs, CETs, Faculdades e Institutos Superiores de Educação), em consonância à Lei 9.394/96. Com considerável atraso, tanto as IES brasileiras quanto o Ministério da Educação passaram a fomentar ações de internacionalização, cujos resultados deixaram de herança um processo desordenado em que as IES normalmente atuam individualmente, seja para a implementação de seus planos ou para a própria participação em rankings internacionais. Com efeito, inexistente hoje uma estrutura de monitoramento regular dos principais indicadores de internacionalização ou mesmo a avaliação dos planos de internacionalização das universidades. Os efeitos da ausência de uma visão estratégica podem ser visualizados em ao menos três elementos referentes à atual agenda de internacionalização das IES Brasileiras: (i) Mobilidade Internacional Estudantil *Outbound* e *Inbound*; (ii) Inserção em Redes Internacionais de Colaboração; (iii) Desigualdades entre IES no Brasil.

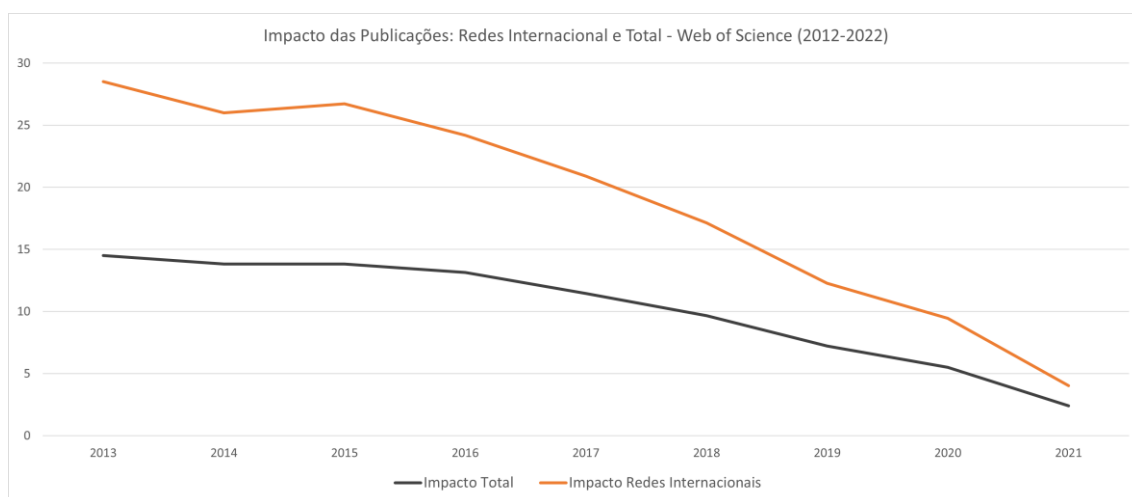
Na agenda de Mobilidade Internacional Estudantil, a Pesquisa Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Internacional conduzida pelo IPEA mostrou que em 2021 o Brasil enviou dois estudantes brasileiros à IES estrangeiras para cada estudante estrangeiro que está regularmente matriculado em IES Brasileiras (IPEA, 2022). Utilizando apenas bases de dados que implicam em gastos diretos para o erário (PEC-G, CNPq, CAPES, FAPESP e Fiocruz), o Brasil enviou 3.978 estudantes para 40 países em

¹ Nota elaborada para compor documento da Afipea. As posições emitidas são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a posição do Ipea.

2021, enquanto recebeu apenas 2.127 de 84 países. A pesquisa aponta ainda três problemas persistentes nessa temática: (i) inexistência de coleta centralizada de dados sobre estudantes estrangeiros em IES brasileiras, uma vez que os únicos dados agregados atualmente são de programas que o próprio Brasil paga diretamente via agências públicas de fomento para Brasileiros no exterior (ex: Bolsas de Doutorado Pleno) e estrangeiros no Brasil (ex: PEC-PG); (ii) dispersão dos dados existentes nas dezenas de IES Brasileiras, sem planejamento centralizado e estratégico sobre os fluxos de estudantes; (iii) fortalecimento de um discurso contraditório na agenda de internacionalização, pois os dados atuais demonstram que o Brasil essencialmente envia seus estudantes à países desenvolvidos ao passo que promove a vinda de estudantes de países em desenvolvimento.

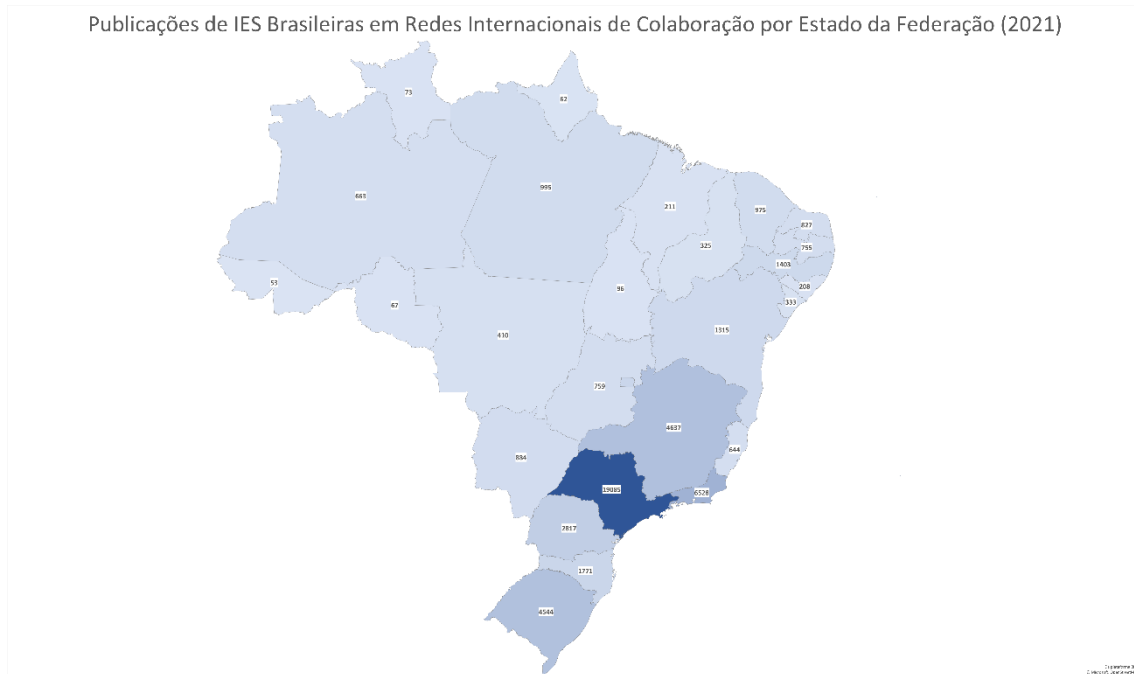
No campo da produção acadêmica e inserção do Brasil em Redes Internacionais, a falta de visão estratégica na agenda de internacionalização pode ser aproximada a partir de estudos de bibliometria. Analisando dados de um agregador de revistas e periódicos científicos, vê-se que o número total de publicações brasileiras cresceu 65% entre 2012-2021. Observando-se o crescimento de publicações que representam parcerias do Brasil em Redes Internacionais de pesquisa e aquelas que advém de Redes Domésticas, constata-se uma discrepância abissal: enquanto a primeira cresceu 157,66% em 10 anos, a segunda cresceu apenas 36,54%.

Embora os números absolutos pareçam animadores, o impacto das publicações Brasileiras caiu brutalmente para publicações que tem origem em redes internacionais de pesquisa e as publicações totais (doméstico e internacional). O gráfico abaixo ilustra essa tendência. Ainda que se possa argumentar que seria normal índices menores de impacto para publicações de anos mais recentes, a tendência de queda é de longa data para que essa não seja uma característica geral das publicações do Brasil na última década. Portanto, e em termos de participação em redes internacionais e produtividade, pode-se dizer que publicamos mais e pior na última década.



No que diz respeito às desigualdades no processo de internacionalização, pode-se dizer em grande medida que os números refletem essencialmente a busca individualizada por soluções por parte das IES e grupos bem como a própria desigualdade estrutural e histórica de distribuição de formação no território brasileiro. O mapa a seguir mostra a distribuição das 52.198 publicações brasileiras inseridas em redes internacionais de

pesquisa por estado da federação. Vê-se de imediato que o estado de São Paulo corresponde a 36,5% do total. Caso se considere a região Sudeste, o percentual alcança quase 60% do total. No caso da distribuição das 234.076 citações a essas publicações, a tendência de concentração em São Paulo e na região Sudeste se acentua ainda mais, com 37,5% e 61,5%, respectivamente.



2. Propostas:

1. Pesquisa Nacional para o levantamento das características da população estrangeira em IES Brasileiras, pesquisadores e estudantes;
2. Mapeamento das redes de internacionais de pesquisa com participação Brasileira;
3. Elaboração conjunta de indicadores padronizados para o monitoramento regular dos Planos de Internacionalização junto à Universidades e Institutos Federais;
4. Fortalecimento dos programas federais de fomento à internacionalização das IES, como o PRINT/CAPES.

Fontes Primárias

InCites/Web of Science, extração 18 de novembro de 2022.

Referências

IPEA. “A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco: Relatório COBRADI 2021”. Brasília: IPEA, 2022. No prelo.

MCMANUS, C. et al. “International collaboration in Brazilian science: financing and impact”. *Scientometrics*, v. 125, p. 2745-2772, 2020.

MCMANUS, C. et al. “Postgraduate internationalization in Brazil”. *International Journal of Scientific Research and Management*, v. 9, n. 7, p. 1971-1805, July 2021.